



## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2010

### Acta n.º 10

Ao trigésimo dia do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos paços do concelho, por convocatória de dez de Setembro e Aditamento de vinte e quatro de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação das actas das sessões de 20/04/2010, 30/06/2010, 13/07/2010 e 15/07/2010; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da implantação de Aeródromo no concelho de Loulé - Servidão de Passagem, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, de proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira (Capítulo XIV - Cemitérios), nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da adesão do Município de Albufeira à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da repartição de encargos do contrato para aquisição dos serviços de criação, concepção gráfica e impressão de material informativo promocional das actividades promovidas ou apoiadas pela autarquia, nos termos do n.º1 e do n.º6 do art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

**ADITAMENTO:** -----

**PONTO SÉTIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão do Orçamento para o ano 2010 incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO OITÁVO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da doação de uma parcela do prédio sito na Quinta da Correeira, freguesia e concelho de Albufeira, à "Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira", nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----



**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do procedimento concursal, por ajuste directo, para a aquisição de equipamentos de controlo de acessos biométricos para dois estabelecimentos do 1º Ciclo do ensino Básico do concelho de Albufeira incluindo a prestação de serviços de manutenção e substituição daqueles, até ao limite máximo de € 35 000,00, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do Art.22º da Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Alberto Esteves do Rego Saraiva (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Vice-Presidente José Carlos Rolo em representação do Presidente da Câmara Desidério Jorge da Silva, da Vereadora em regime de permanência, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro e da Vereadora em regime de não permanência Francelina da Luz Rodrigues Lourenço. -----

**FALTAS:** Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD) e Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD). -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Oliveira, Vitor Vieira e Carlos Santos, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Sara Carvela, Nuno Lisboa e Alberto Saraiva. -----

**Havendo quórum** (vinte e seis presenças), o Presidente da Assembleia toma a palavra. Havendo quórum, o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período destinado aos munícipes. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Isabel Santos - Apresenta a sua intervenção (doc.1). -----



Maria Isabel da Silva Pacheco Nicolau dos Santos

Rua das Telecomunicações, 14

8200-184 ALBUFEIRA

Exmo. Sr Presidente da

Assembleia Municipal do Concelho de

Albufeira

**Assunto - Reclamação sobre o processo DDS/GAM-P/2009/590 de 04-05-2009**

Venho dirigir-me à Assembleia Municipal 16 meses depois de ter dado início nesta Câmara o processo com a referência acima indicada, que corresponde a um acidente provocado, na sequência de uma obra da CMA, não sinalizada.

No dia 3 de Maio de 2009, ocorreu um acidente com uma viatura minha em consequência de uma tampa de esgoto mais elevada que o nível da estrada, sem qualquer sinalização, o que causou a quebra do cârter do carro. Bem como o derrame de todo o óleo.

No dia 4 de Maio entreguei a participação do acidente, as respectivas fotografias no Gabinete de Apoio ao Múncipe, e posteriormente no Gabinete Jurídico entreguei o auto da GNR e orçamento para o arranjo do carro, onde fui informada que poderia mandar arranjar o carro e entregar a factura. Assim o fiz.

Não me informaram nesta data o nome da empresa, nem tão pouco que na factura deveria constar o nome da empresa e não o meu. Disseram-me apenas que deveria aguardar, que iria receber uma carta, com a informação da empresa responsável e se esta não pagasse a CMA seria a responsável.

Dirigi-me várias vezes ao Gabinete Jurídico, onde se justificavam sempre com o excesso de trabalho e o número de processos anteriores ao meu, que ainda aguardavam. Depois de alguma insistência minha, sou informada em Fevereiro de 2010, **10 meses depois** e por telefone, que se trata da empresa Marques & Guedes, onde me é dado o telefone e nome de um dos sócios da empresa, com o qual contacto. Perecebo deste <sup>em</sup> não ~~se~~ intenção de pagar, diz-me apenas e sem qualquer educação que o problema não é dele mas da sua companhia de seguros á qual iria comunicar o ocorrido, e assim o fez. Pois um mês depois a companhia de seguros informa-me por telefone que o valor do arranjo do carro era de 499,61 € e valor da

h



franquia era de 500€. Faltavam 39 cêntimos, pelo que não era da responsabilidade da companhia, mas sim da empresa Marque & Guedes.

**Aqui já se podem pôr algumas questões?** Não saberia a empresa Marque e Guedes o valor da franquia que tinha no seguro? Ou desconhecia o valor do prejuízo causado? Que informação lhe teria dado a CMA?

Contacto novamente com o gabinete jurídico, onde digo que quero ser informada por escrito, do ponto da situação e o que devo fazer, pois continua tudo na mesma. Recebo então uma carta assinada pelo vereador Carlos Quintino, que me informa agora que a minha reclamação mereceu a melhor atenção, mas identifica o assunto como danos em viatura provocado por alcatrão, identifica a empresa, dá o contacto desta. Achei graça ... tinha voltado ao princípio 13 meses depois.

Resolvo então dirigir-me ao Sr presidente da CMA no dia 5 de Março de 2010, onde lhe exponho a situação, mando-lhe cópia da carta do Sr Vereador, ponho algumas questões que na altura acho pertinentes, tais como? Porque levou a CMA de Albufeira 8 Meses a informar a empresa? **Porque em consequência deste atraso não me foi possível substituir a factura com o nome da empresa.**

Não recebo qualquer resposta e dirijo-me mais uma vez (A ULTIMA) ao gabinete jurídico, que me entrega a cópia da carta que a empresa escreveu à CMA, assumindo a responsabilidade pelo acidente e pedindo que lhe seja passada uma factura com o seu nome.

**Eu perguntei então porque não passaria a CMA essa factura com a referência do processo, cobrava á empresa e pagava-me a mim.**

Voltei a dizer que eu não tinha como arranjar uma factura em nome da empresa, pois a MSCAR, já tinha a contabilidade do ano anterior fechada e não era possível.

Sugere-me então o gabinete jurídico que eu passa-se um recibo verde. Achei graça e respondi que eu na realidade passava recibos verdes, mas não arranjava carros.

No dia passado dia 13 de Julho, resolvo então apresentar a situação no livro de reclamações da CMA e recebo a seguinte informação que transcrevo:

**Em caso de acidentes ocorridos no âmbito da realização de uma empreitada, o Município actua como mero intermediário, comunicando ao empreiteiro as reclamações recebidas e garantindo que este assuma as suas responsabilidades, ...**

**As minhas questões finais perante o Sr Presidente da Assembleia Municipal são:**

**- Como garantem que a empresa assuma as suas responsabilidades, se não tem forma de a obrigar a pagar?**

h





- Como é possível que a CMA, consiga demorar tanto tempo, para comunicar ao empreiteiro a reclamação?

- Afinal foi pra ser mesmo?

Conclusão

**É APENAS UMA QUESTÃO DE PERMISSÃO**

A CMA permite que um empreiteiro, por ela contratado não sinalize as suas obras, permite que não pague os seus prejuízos e nós permitimos tudo isto.

Albufeira, 30 de Setembro de 2010

h.



Carlos Ventura - Apresenta a sua intervenção (doc.2). -----

QUE SOCIEDADES QUESTEM CONSTRUIR A DA MESA FANTA/A MESA  
 1/ PROTECÇÃO MADA A TONTE DE 2000 DE CRIANÇAS POR DIA  
 FORTÉ AO ANO/ISTO É A VESSE ANALIZE DE SOCIEDADE  
 SA 24000 35.00000 ANO + PUEBLO DADO  
 SA 24000 35.00000 ANO + PUEBLO DADO  
 1/16 ANUAIS DE PESAR A SA 24000 3000 EMM  
 1/5 ANUAIS DE PESAR < A PENSAR  
 5581 RESCATE A 40000 PENSAR  
 O RESCATE PENSAR 3000 PENSAR CL INCLUSIVE 150 A 170 E  
 PENSAR DEIXE DE SA PENSAR MUNICIPAL DEIXE DE VIR ASSIM  
 MUNICIPAL/ PENSAR VEMO DE MADA VEMO/ PENSAR DE VEMO PENSAR  
 SA PMA EST INCLUSIVE A SITUAÇÃO QUEM FOI PERSONAL A  
 FUNCIONARIO DE QUE SE ESTO FARMO PENSAR CASO CASO EX PENSAR  
 CID BARRAGEM  
 O filme que Saramago viu quando o escreveu.  
 QUEM CIALMENTE AO SR. PRESIDENTE VEMO SE US O PENSAR/SE  
 NÃO EN FAÇO O PENSAR.  
 CONGRUO COIMBRA  
 U 2 LEVA 400000 E  
 2000000 NOITE  
 PENSAR + DESPESA  
 HOTEL IST  
 PENSAR DEIXAR  
 PENSAR PENSAR 25.00000  
 DISPARAR REPORTAR DEIXAR  
 AO SR. PENSAR AO SR. HEIDER QUANDO DE LAI  
 AO BARRAGEM DE ALBERT PENSAR PENSAR BARRAGEM  
 ANTES DEIR TEN PENSAR PENSAR O PENSAR DO CORREN  
 PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR

O aumento de água/ PENSAR SE O AUMENTO DE PROPOCIONAL  
 SE ESTO A PENSAR A PENSAR DO PENSAR PARA PENSAR  
 ISTO RECOLHA LIXO LIMPETA  
 PENSAR SE OS CARROS FORAM PENSAR A PENSAR  
 AS MORTS PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR  
 PENSAR PENSAR ANALIZA PENSAR DURANTE DECATS SEMA 25  
 PENSAR A PENSAR PENSAR DA SOCIEDADE PENSAR PENSAR INCORPORA  
 DE PENSAR OS PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR  
 DE PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR PENSAR  
 PENSAR PENSAR A FAVOR DE PENSAR  
 STRAFAGE FAZADO POR OPOSICAO PS  
 ALIEN DE ALBUFEIRA/ PENSAR A PENSAR  
 PENSAR AO QUE ME PENSAR  
 PENSAR UMA BARRAGEM  
 ALIEN DE ALBUFEIRA  
 QUE OS PENSAR  
 PENSAR PENSAR LA PENSAR  
 Apenas 4,95€ + jornal  
 Adaptado da obra-prima do vencedor do Nobel da Literatura, José Saramago, Fernando Meireles traz até si um filme surpreendente sobre uma visão diferente do mundo onde vivemos.  
 Já nas bancas





Presidente da Assembleia - "Eu vou dar uma pequena e breve resposta à reclamação da D<sup>a</sup> Maria Isabel. Evidentemente que, para a resposta poder ser cem por cento conclusiva, também vou ter de fazer umas perguntas. Irei dirigir-me à Câmara, concretamente. Vou pedir o processo para a Assembleia e, naturalmente, iremos contribuir para a solução do problema. De facto, face ao que aqui expôs, não há motivo pelo menos, plausível, para que não esteja devidamente indemnizada. Estou a dizer isto sob reserva, a de verificar o processo, que irei pedir para a Assembleia e depois terá uma resposta sobre esta matéria." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Presidente da Assembleia - "Antes de passar a palavra aos Membros da Assembleia iria realçar esta correspondência recebida dos Bombeiros. Seria bonito que os Membros desta Assembleia Municipal aderissem a este jantar, uma vez que, se trata de um jantar de beneficência. E no algo que sei sobre o assunto, devo dizer que me pediram para o anunciar, que está aqui um Membro da Assembleia que faz parte da Direcção dos Bombeiros e que tem bilhetes. Quem quiser, à saída, poderá comprar bilhetes para este jantar, que é no dia quatro de Outubro, no Grande Real Santa Eulália Resort & Hotel Spa. Também quero dizer aqui que, foram recebidos dois avisos de recepção nos serviços da Assembleia Municipal, em que vêm como remetentes Sr. Vitor Manuel Silva Clemente e Outros, um dirigido ao Tribunal de Contas e outro à Inspeção-Geral da Administração Local. Eu quero reagir contra isto porque, independentemente do que sejam os conteúdos, é utilização abusiva a direcção ou endereço postal da Assembleia Municipal. Só quem é Presidente da Assembleia Municipal sou eu e não deleguei competências em mais ninguém, e se as pessoas podem, de facto, utilizar os serviços da assembleia, só o deverão fazer sob prévia autorização, minha, naturalmente. Embora os Membros da Assembleia Municipal, qualquer um tem os direitos que tem e pode exercê-los dentro desta Assembleia. Fora desta Assembleia pode usar o título de Membro da Assembleia Municipal, mas não está intitulado por mim, não lhe deleguei poderes, para poder utilizar os serviços da Assembleia Municipal ou seja sob que forma for, agir em seu nome ou representação e, portanto, é uma reacção que eu tenho, considerar um abuso esta utilização desta direcção. Era o que eu tinha para dizer. Vou conceder a palavra aos Membros da Assembleia." -----

Francisco Calhau - "Vou fazer uma intervenção com dois temas. É evidente que eu não posso deixar passar a oportunidade para agradecer, perante esta Assembleia, ao Governo do Partido Socialista, pela recente distribuição de benesses sociais e económicas a todos os portugueses, tendo uns "beneficiado" mais directamente que



outros. Foi uma surpresa para todos, face àquilo que têm sido as afirmações do Sr. Primeiro-Ministro nos últimos tempos na imprensa, de que depois das negociações do PEQ 2 não seriam precisas mais medidas. A acrescer a isso o Sr. Primeiro-Ministro tem vindo sucessivamente dizer que estamos quase a sair da crise, que a crise não é tão grave como parecia até porque era conjuntural e como tal as coisas estão a compor-se. Claro que ontem, como devem calcular, como funcionário público que sou, ao tomar conhecimento do cabaz de medidas distribuídas e que me vão afectar, directamente, como a muitos portugueses, recebi-as com aquele sabor amargo de quem nunca se esquecerá deste primeiro ministro e das suas fantásticas revelações. Depois, de dizer isto tentando fazê-lo da forma mais agradável possível, face aquilo que vai ser a realidade em 2011, 2012 e por aí fora, gostaria também de realçar o impacto negativo que isto vai ter na região do Algarve face aos problemas que já temos no mercado turístico, a que acresce o facto de irmos pagar a designada SCUT do Algarve, bem como o aumento anunciado do IVA para 23% e à sua imediata repercussão na actividade turística. Portanto, eu acho que, sem dúvida alguma, o Algarve, enquanto região, também fica reconhecido por essas medidas do Governo a favor do turismo e da actividade económica desta região. Eu não poderia deixar passar esta oportunidade para fazer esta intervenção! O segundo tema tem a ver com o conteúdo da conferência do Partido Socialista, a que o Sr. Presidente da Assembleia acabou de se referir, na qual são feitas afirmações quanto ao contrato celebrado entre a Câmara e uma empresa para garantir a limpeza do concelho que, no mínimo, me deixam preocupado. Em primeiro lugar porque, motivado por engano ou por esquecimento, nessa notícia não é referido que o PS votou contra, na Assembleia Municipal, a proposta do PSD de que esse contrato seria aprovado mediante, ou condicionado, ao parecer do Tribunal de Contas. Eu penso que foi por esquecimento que tal não foi referido na vossa conferência de imprensa. Na realidade convinha levar a acta, ou entregá-la como adicional para conhecimento dos órgãos de imprensa que estiveram presentes nessa conferência de imprensa e assim, repor a verdade dos factos. Depois, fico também muito espantando porque, na realidade não foi para limpar o jardim deste ou daquele munícipe que se celebrou e aprovou o contrato, foi para servir o município. E tanto quanto eu sei, tanto quanto me é dado saber, eu acho que o PS se esqueceu que àquele tempo a que se refere, às medidas e ao aumento das áreas de limpeza, algumas dessas áreas de limpeza eram da jurisdição de freguesias nas quais o PS tinha à altura directa responsabilidade. E eu não quero quer que os Srs. Presidentes da Junta de então não conheçam o aumento das áreas que se estavam a constatar, por pedido ou sugestão, nas suas freguesias. Não quero quer isso! Isso está perfeitamente documentado quais são as áreas acrescidas, a partir de quando se verificou, em que freguesias foram acrescidas, e eu recordo-me que nesse tempo três das freguesias deste concelho eram da responsabilidade directa do PS. Também penso que foi por esquecimento que isso não terá sido referido na conferência de imprensa. Estes são os meus "à partes" relativamente a uma questão que me deixou preocupado como resultado dessa conferência de imprensa. No mínimo, quero crer que tudo tenha sido





apenas por esquecimento. Não quero querer que tenha sido por má fé. A minha intervenção sobre estas questões era esta, evidentemente que estarei disponível para qualquer esclarecimento relativamente aquilo que acabo de afirmar, naquilo que for necessário." -----

Luís Reis - "Boa noite. Eu, em determinada sexta ou sétima acta, mencionei três ou quatro pontos e esses pontos continuam por colmatar. Eu e os comerciantes da Av. 25 de Abril assistimos dia sim, dia não, à queda de pessoas naquele pavimento. As pessoas caem, aleijam-se, continuam o caminho, vão para o Centro de Saúde, ou os comerciantes do local prestam auxílio às pessoas. A maior parte são estrangeiros mas já vi portugueses de certa idade caírem lá. Pergunto: depois de todos estes alertas e além de todos estes alertas se o Sr. Vice-Presidente não tem a noção da realidade do que se passa lá; se não costuma lá transitar; se não vê os desfasamentos das pedras que lá existem; e se não acha que é perigoso nós apresentarmos uma fachada como aquela com aqueles perigos imediatos que ali estão à vista? Perguntava também se, quando visita estâncias turísticas, das quais fica agradado, acha que ficaria bem um pavimento como aquele, em que as pessoas caem e aleijam-se? Penso que, como disse já em determinada altura, se isto fosse numa Suíça, numa Áustria, numa França, numa Bélgica, ou num país nórdico, a Câmara estava com vários pedidos de indemnização. São às dezenas, as pessoas que lá caem. Também mencionei nessa acta que, temos um grupo de chilenos, no Largo, a tocar todos os dias a mesma coisa. É de manhã, é à tarde, é à noite. O Presidente da Câmara respondeu-me que, como os tínhamos acolhido, tínhamos de os manter lá. Não estou a ver quem é que os acolheu, nós acolhemos toda a gente e isso não permite que as pessoas fiquem em permanência, com um espectáculo daqueles. Aquilo não tem nada a ver connosco. Eventualmente, se fosse uma vez por dia, uma vez por semana, tudo bem. Mas, todo o turista que ali passa, a qualquer hora do dia, estão lá os chilenos numa batucada que é uma coisa impressionante. Depois, na mesma altura, alertei para duas situações em São Rafael. Não sei como é que ficou porque não há resposta às queixas, às denúncias, e pior ainda, não houve resposta no local pela empresa Saraiva, que fez em determinada altura movimentação de terras e construiu um paredão que impediu metade da passagem dos peões para as praias. Denunciei também que a mesma empresa estava a colocar estacas ao longo da costa, na parte de cima, nos pinheiros, estacas essas que iriam indicar algo que se iria ali fazer. E na realidade fez-se! Fez-se uns pontões, umas passadeiras em madeira, que limitou a passagem das pessoas até às arribas. Aquela passadeira não dá para passar por baixo e privilegia, principalmente, a passagem do hotel dele para a zona da praia. Gostava de saber, com que autorização é que esse senhor pôs os blocos de pedra e limitou aquelas praias, em que obriga as pessoas a terem que passar por terrenos vizinhos, que são terrenos particulares? Fiz também uma denúncia desse senhor, em que ele fez um posto de transformação com uma área de implantação de 9/10 m<sup>2</sup>, na descida para a praia do lado direito, na rotunda de um beco que serve cinco moradias e serve também o complexo que ele fez. O posto de transformação lá está, a queixa foi feita a várias entidades, mantém-se feito, e não há solução. Quanto



às medidas que o Governo tomou. Não à dúvida que eram necessárias e, a evolução que a situação nacional e internacional teve nos últimos dois meses para cá foram dramáticas e as imposições das várias instâncias internacionais obrigaram-nos a tal. Contudo, não é um problema de agora, é um problema que já vem desde que Portugal entrou na União Europeia, em que grandes investimentos que vieram para cá foram extremamente mal aproveitados. Todos nós devemos conhecer exemplos de dinheiros que vieram para cá para serem aplicados em indústria, na agricultura, etc. Metade desse dinheiro era aplicado, outra metade não era. Vamo-nos pôr, por exemplo, no caso da Câmara Municipal de Albufeira em que, os investimentos que faz e os dinheiros que gasta, participam também neste tipo de situação dramática, em virtude de dinheiros mal gastos. Há excesso de investimentos, há excessos de obras, há dinheiros que nunca deviam ter sido gastos, e estaríamos com certeza com mais dinheiro. Da minha parte tenho dito." -----

Carlos Lima - "Eu há dias li num jornal aqui da terra um artigo sobre o dia a dia da nossa cidade e achei que tinha algumas matérias muito pertinentes. Gostava de realçar, principalmente duas, que têm a ver com a animação turística na cidade e a ocupação da via pública. Dizia o senhor que escreveu esse artigo que achava que não era muito correcto algumas zonas da cidade, que não são servidas por essa animação turística, com limpeza deficiente, e pagavam também ocupação da via pública, se bem pagando só 50%. São as ruas que estão fora das ruas principais da cidade. Todos sabemos que há duas zonas para ocupação de via pública. Eu fui ver essas zonas e, realmente, contra aquilo que eu pensava, sou favorável à taxação da ocupação da via pública e acho que tem de continuar a ser, só que temos que também ir para o terreno e ver se realmente podemos ser tão restritivos e achar que tem que ser igual em todo o lado. Acontece que, há zonas até muito perto do centro da cidade que mesmo em pleno mês de Agosto estão completamente abandonadas, pára meia dúzia de pessoas nesses estabelecimentos. Penso que a ocupação de três ou quatro mesas e três ou quatro cadeiras, que esses comerciantes colocam nas ruas, não serve mais do que para chamar a atenção que há ali um comércio e há ali alguém que precisa de vender alguma coisa, porque também tem de pagar impostos e tem que sobreviver. Acontece que, o que paga pela ocupação dessa via pública, estamos a falar de 5, 6, 7 metros de ocupação devidamente limitada, custa um bocado a pagar, principalmente em situações como estas em que nós passamos, de crise. Também tenho conhecimento, e ainda bem, nas zonas em que funciona o turismo como deve ser e ainda bem que é assim, este ano tiveram um grande aumento de receitas e eu fico contente por isso. Mas também um bocado à custa da animação que é feita, paga com o dinheiro de toda a gente e também com os impostos dos comerciantes que estão fora dessas zonas e com a ocupação, ai sim, não digo selvagem mas abusiva de certas zonas, como eu já deixei expresso nas reuniões anteriores. Zonas, em que praticamente ninguém consegue passar porque temos só esplanadas. E aí, se bem que eu acho que tem que haver valorização destas zonas, penso que esses poderão pagar mais ainda do que aquilo que estão a pagar, porque fica muito barato a ocupação dessa via pública. Em contra ponto, há outras



zonas que pagar duzentos ou trezentos euros por ano é caríssimo, porque praticamente, o ter ocupação da via pública não acresce nada ao negócio a não ser dizer, está ali um estabelecimento. Era esse alerta que eu queria deixar, em que estamos na parte final do Verão, para que numa próxima possibilidade seja revista, se acharem por bem, e que seja ponderada esta situação. Outra situação que queria falar, que não estava prevista, mas que depois de ouvir o deputado Francisco Calhau gostava de dizer apenas duas coisas. Concordo plenamente com tudo o que ele disse, estou a falar em relação à intervenção do nosso Primeiro-Ministro, também sou funcionário público, mas eu vou ficar à espera para ver qual vai ser a posição do PSD na votação. Porque, se eu não estou enganado, quem obrigou à inclusão da SCUT, da Via do Infante para pagamento, penso que foi o PSD. O PSD obrigou que todas as SCUTs fossem taxadas, porque não estava previsto. Eu não estou com isto a defender as medidas que foram tomadas ontem, estou só a acrescentar e a lembrar que foi o PSD que obrigou que a Via do Infante fosse incluída, salvo o erro da minha parte. Gostava de saber, vamos esperar todos para ver se realmente os líderes a nível nacional seguem as orientações do nosso Eng. Calhau e são contra aquilo que ontem o Primeiro-Ministro anunciou, que é extremamente gravoso para o povo português, para os funcionários públicos em particular mas são sempre os tais setecentos mil os responsáveis por tudo, os outros nove milhões e trezentos mil não têm culpa nenhuma. São sempre os funcionários públicos, mas isso é a maneira mais simples e aí mais uma vez concordo com o que foi dito, que é muito fácil tomar medidas dessas, é pura e simplesmente não pagar. Penso que medidas dessas não é preciso ter categoria, se é suposto para ser Primeiro-Ministro ter categoria, não é preciso ter grande inteligência para tomar medidas dessas. Essas são fáceis, as outras, as que deveriam ser tomadas, aquelas que fizessem com que economia andasse para a frente, os seiscentos mil desempregados em vez de estarem no desemprego estivessem a produzir para que realmente o PIB aumentasse, para que não fosse preciso algumas medidas que estão a ser implementadas que na minha opinião não vão levar a lado nenhum, no próximo ano vamos estar a discutir a mesma coisa. Para concluir, vamos estar aqui para assistirmos, todos em conjunto, à votação e à posição que o PSD vai tomar no Orçamento Geral do Estado. Oxalá que proponha outras medidas, ou então se seguir as sugestões do Eng. Calhau, certamente irá votar contra o Orçamento do Estado." -----

Vitor Clemente - "Boa noite. Começo por abordar a matéria que foi aqui levantada, a conferência de imprensa que o PS elaborou, há uns dias a esta data. Mas antes de passar a essa temática, só recordava uma proposta no dia 13 de Julho de 2010 em que diz assim: *"Assim proponho que se delibere: 1-Aprovar a proposta da Câmara Municipal tal como configurada; 2-Que a deliberação supra tomada só se torne eficaz após a verificação pelo Tribunal de Contas da sua conformidade com as leis em vigor e a emissão do respectivo parecer."* Só para dizer aqui que, a Câmara no dia 3 de Agosto de 2010, levou esta matéria que a Assembleia discute desde 2005 e que finalizou no dia 13 de Julho sobre a proposta de maioria da força PSD, a Reunião de Câmara e, foi aprovado. Antes de receber, aquilo que é, pelo punho do Sr. Presidente desta





Assembleia, sita no n.º 2 da sua proposta. Quanto à situação da parte da conferência de imprensa. Compete-nos, somos uma força política minoritária em Albufeira no poder autárquico, de sentirmos e demonstrarmos aquilo que não concordamos. Temos essa obrigação perante quem nos elegeu. E aí, meu caro, nós não recebemos grandes lições porque já todos conhecemos como é que as coisas se devem fazer. Temos a dignidade, enfrentamos todo esse tipo de processo e, quando na altura foi discutido este processo, nós citámos que, além do Tribunal de Contas remetêssemos também para uma entidade que era o IGAL. Não nos acolheram, não nos aceitaram. Por isso a conferência foi feita e outras serão feitas quando verificarmos que o que está em causa é o não cumprimento da Lei. Essa é a nossa posição, meu caro, e aí não venha lições, que nós já sabemos muito bem aquilo que fazemos e estamos cá. No que diz respeito à remessa dos avisos de recepção. Nós não remetemos para o apartado do PS, na altura foi remetido para os serviços da Assembleia. Peço desculpa Sr. Presidente, se o desejar pode devolver ou remeter para mim próprio, terei todo o gosto em receber. Essas coisas por minha mão não irão acontecer, no entanto, sou Membro de pleno direito, utilizando espaço ou não. Tenho pleno direito! Até podem receber telefonemas para mim e depois reencaminhar. E de esquecimento, caro Membro Eng. Calhau. Não foi esquecimento nenhum, nem propositado. É utilização de cidadania que temos e se a lei diz qual é o montante que deve ser, aí temos todos de respeitar. Julgo que na vossa votação os Senhores tiveram consciência plena daquilo que estavam a fazer. A consciência era de tal ordem que votaram favoravelmente. Nós votámos contra! E aí não nos dêem mais acoites que nós já temos o suficiente." -----

Francisco Calhau - "Começaria pelo fim. Não foi esse o intuito. Com o devido respeito, quem sou eu para dar acoites políticos a alguém. A única razão porque continuo a dizer que foi por esquecimento e volto novamente a reafirmar, é porque nessa conferência de imprensa não foi dito aquilo que foi dito agora. Nós PSD votámos a favor de uma deliberação na Assembleia Municipal que condicionava a decisão do órgão ao parecer do Tribunal de Contas. Era isso que deveria ter sido dito nessa conferência de imprensa e não foi. Portanto, o que estou a dizer é que, no mínimo, eu considero que tal tenha acontecido por esquecimento. Qualquer pessoa que leia aquele artigo, parte do princípio que o PSD votou favoravelmente uma decisão que não é aquela que está na acta da Assembleia. Isto é um facto e não corresponde à verdade! E volto a dizer, só por esquecimento é que os Senhores omitiram nessa conferência que votámos a favor de uma deliberação condicionada ao Tribunal de Contas. Segunda questão: a Câmara neste momento, tanto quanto eu sei, mas gostaria de ouvir essa confirmação da parte do Sr. Presidente desta Assembleia, está vinculada à decisão da Assembleia Municipal. E o que acabou de dizer há bocado também não faz sentido. O facto de o Executivo ter votado favoravelmente, não elimina que continue condicionado pela decisão da Assembleia Municipal, se não nem tinha vindo cá para deliberar. Volto a dizer que, com o respeito que tenho, quanto ao direito ao exercício de oposição, é que eu digo, que estou convicto de que foi por esquecimento. Não fiquem ofendidos por isso. A outra questão que gostaria de focar, tem a ver com a intervenção do membro Carlos Lima.



Enalteço a frontalidade com o que o faz e com a leitura com que interpreta as consequências do que se passou ontem, de uma forma acima da questão política. E eu também vou tentar fazer o mesmo relativamente àquilo que disse. Obviamente que eu não me vou afastar de uma questão que é a de que eu sou favorável ao princípio nas SCUTs do utilizador pagador. Mas também gostava de saber qual é o conceito de SCUT na Via do Infante. Sabe porquê? É porque a Via do Infante de Vila Real de Sto. António até ao nó da Guia foi totalmente financiada. Portanto, a aplicação do princípio do utilizador pagador neste troço apenas comporta os custos de manutenção, porque não há custos de construção ou encargos derivados desta. Este é o custo que eu acho que está em questão relativamente àquilo que nos diz respeito a nós. E é bastante importante, e que fique claro isso, porque Albufeira não ficará tão afectada pelo princípio do custo utilizador pagador como todos os outros concelhos que estão a poente do nó da Guia. Estamos a falar do troço que inclui o trajecto entre o aeroporto e Albufeira. Se aqui o princípio do utilizador pagador não pode entrar em linha de conta com os custos de construção porque ela foi financiada, nós apenas devemos pagar os custos de manutenção. E aqui eu tenho uma posição muito clara, se o princípio é o do utilizador pagador eu não tenho que subsidiar ou compartilhar os custos de outro utilizador noutra SCUT. Portanto, eu sou favorável, nestas condições. Neste caso não estou a falar em termos nacionais, estou a falar no caso particular da Via do Infante, no concelho de Albufeira, onde nós estamos nesta Assembleia." -----

Carlos Lima - "Eu também concordo com tudo o que disse, só que relembro mais uma vez que, quem introduziu o pagamento da Via do Infante neste pacote, foi o PSD, que o PS não o tinha previsto, se calhar por isso. Por não ter, como acabou de dizer, custos de construção. Foi o PSD que insistiu que a Via do Infante também tinha que ser introduzida se não, não havia acordo. Quanto ao utilizador pagador, podemos estar todos de acordo no princípio, mas não podemos ser tão radicais. A título de exemplo: porque é que nós estamos a pagar o Metro de Lisboa e o Metro do Porto, que ainda hoje são extremamente deficitários? Vou começar a pagar, só quando for andar de Metro? Será que os utilizadores do Metro de Lisboa pagam o custo? Não pagam! Eu estou a pagar, o Engenheiro está a pagar, com os nossos impostos. Se calhar, aí, é o princípio da solidariedade que o país tem que ter. O princípio do utilizador pagar, sim senhor mas, vamos ver como é que é. Porque se não, eu só pago o asfalto da minha casa à escola, que é onde passo para trabalhar, e não pago mais nada. Se calhar a Câmara não me pode cobrar uma série de impostos porque não utilizo nada do que a Câmara me dá. Mas temos que ser solidários, o país tem que ser uno. Por isso é que nós estamos a pagar para um milhão de habitantes que vive em Lisboa, ter possibilidade de se mover. Nós estamos a pagar Metro, nós estamos a pagar comboio, nós estamos a pagar tudo porque somos solidários. Se começamos a ir por esse discurso do utilizador pagador, acho que é muito perigoso. De qualquer maneira, tem que haver mais esforço para aqueles pessoas que utilizam os serviços. Porque se não íamos aos hospitais, íamos às escolas, etc. O princípio do utilizador pagador não pode ser levado tão à letra, se bem que tem de ser levado em consideração." -----



Francisco Calhau - "Nesse caso não estamos a falar do princípio do utilizador pagador, mas sim de uma taxa que todos vamos pagar independentemente dos custos e então terei que admitir aqui que posso estar a pagar (comparticipar) para um trajecto, por exemplo, relativo a um troço do Porto a Braga, é esse princípio que está a dizer!?. Não é esse o princípio que o PSD defendeu! O PSD foi claro, defendeu o princípio do utilizador pagador. O princípio do utilizador pagador, quer a gente goste ou não, é um princípio de regime democrático livre. Ninguém obriga ninguém a utilizar a Via do Infante. As pessoas quando a utilizam sabem de ante mão quais são os custos. Agora, convenhamos que, este para mim é um princípio mais honesto do que o princípio do tipo que estava inicialmente previsto do nó da Guia para lá e que até se designou e não foi o PSD que criou essa designação, SCUT, Sem Custos para o UTilizador, quando na realidade todos sabemos que vamos pagar. Quando se disse que aquilo não tinha custos para o utilizador, é mentira! Vamos ter custos e de que maneira. É preferível que os utilizadores paguem aquilo que utilizam, do que estar a falar de um sistema sem custos adicionais para os utilizadores em que toda a gente vai pagar, em que as gerações futuras vão pagar, independentemente de terem carro ou não." -----

O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Membro Paulo Freitas e sai da sala, toma o seu lugar a Primeiro-Secretário. -----

Paulo Freitas - "O próximo slogan de Portugal para o turismo deve ser "Portugal um país solidário". Com tantos impostos que estamos a pagar, a solidariedade é o expoente máximo da organização política deste país a nível de impostos. Para isso é que servem os impostos, para serem solidários. Não as taxas locais. Não a aplicação exagerada de IVAs a 21%. Mas segundo o que ouvi, a culpa é toda do PSD. As SCUT's, a culpa é do PSD. A Via do Infante vai ser paga, a culpa é do PSD. O Orçamento vai passar, a culpa é do PSD. De facto, deveria ser o PSD e não o PS, a governar. Sem fazer nada, é culpado de tudo. Quem está a gerir o país há alguns anos e fala sempre do passado, dos Governos anteriores, o Governo anterior é exactamente o mesmo que está agora no poder. As consequências derivam do exercício do governo anterior, nessa parte estamos completamente de acordo. Mas, não podemos deixar de sacar as responsabilidades a quem as tem, e quem aumenta os impostos desta maneira, não é o PSD, o PSD tentou ajustar isto ao equilíbrio, caso contrário, o Sr. Ministro das Finanças hoje levava-nos o dinheiro todo e éramos um país mais solidário, porque se ninguém estiver dinheiro no bolso, porque pagamos tudo em impostos, isto é uma solidariedade tremenda." -----

Vice-Presidente da Câmara - "Vou responder aos Membros Luis Reis e Carlos Lima. Realmente é de lamentar o número de quedas que se passam na Av. 25 de Abril, com o pavimento que lá está. Posso dizer que, quando lá passo, também sinto que qualquer coisa me está a fugir debaixo dos pés. No entanto, quero dizer que, ultimamente não tenho frequentado outras estâncias balneares, infelizmente não tenho tido tempo, nem oportunidade, para comparar, como falou. Realmente, é um pavimento que não oferece grande segurança, já o constatei. Foi uma das heranças do tempo das obras do Polis. É aquilo que temos, havemos, com certeza, tentar chegar a uma solução, mais que não





seja para evitar as tais quedas, que como o Luis diz, se fosse num país nórdico, mais racional, tivéssemos pedidos de indemnização, não nego isso. Em relação aos chilenos que tocam sempre a mesma música. Não é da minha jurisdição mas, penso que estão autorizados pela Câmara para estarem lá, não sei se no mesmo sítio, se em sítios diferentes. Sobre a questão de S. Rafael, quero dizer que, vou mandar elaborar uma resposta escrita para lhe endereçar. Penso que há aqui coisas que não serão da competência do município, será de outras entidades, como sabe é zona marítima, como sabe zonas próximo do mar têm variadíssimas entidades que querem todas gerir e com essa gestão geram alguma confusão e, os municípios, normalmente, só servem para fazer uma coisa que os outros não querem, que é limpar as praias. Relativamente ao Carlos Lima, à animação turística. É notório, é sabido e é transversal ao longo dos tempos, que a animação turística tem-se garantido mais num sítio que noutra, mas essencialmente em dois sítios na zona da Av. Sá Carneiro. São dois pontos muito fortes é onde há mais vida nocturna. Em relação à ocupação da via pública, é um problema, por vezes os exageros das pessoas que prevaricam, com certeza que não é possível estar em todo o lado ao mesmo tempo, mas ficou a nota." -----

O Presidente da Assembleia regressa à sala e toma o seu lugar. -----

Luís Reis - "Ouvi a sua resposta mas, eu penso que, está a misturar o direito dos vendedores que vendem bijutaria com o direito de estar permanentemente com reportório apresentado à Câmara ou sem reportório a tocar no Jardim sempre o mesmo. Ou vai a concurso?! Se não vai a concurso, o que se passa é que a Câmara faz a entrega de um espaço de um local público a uma banda, onde aquele espaço público pode também estar acessível a outras bandas que também queiram por lá passar." -----

Carlos Lima - "Queria pedir que, pelo menos, fosse ponderada a hipótese de, quando se debruçarem sobre esse assunto, nas zonas mais afastadas, se calhar, isentar os primeiros sete, oito metros, porque estamos a falar de três ou quatro mesas. Aqueles prevaricadores, não foram sempre prevaricadores, foi a Câmara, porque foi a Câmara que delimitou o espaço. O espaço que a Câmara fixou é que se calhar foi muito grande, é o que se passa na Av. 25 de Abril. Há dias presenciei uma discussão entre um senhor que vinha no passeio e o taxista tinha razão, porque o táxi está em cima do passeio, e gerou-se ali alguma confusão porque as pessoas não têm por onde ir. Aí a Câmara tem que se debruçar sobre essa situação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia dá início a ordem de trabalhos. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 20/04/2010, 30/06/2010, 13/07/2010 e 15/07/2010; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo quaisquer correcções, o Presidente da Assembleia coloca a votação as actas. -----



**VOTAÇÃO:** Acta de 20/04/2010 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Alberto Saraiva e Rosário Charrua. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A acta foi aprovada por maioria dos presentes.** -----

**VOTAÇÃO:** Acta de 30/06/2010 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Mesquita e Alberto Saraiva. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A acta foi aprovada por maioria dos presentes.** -----

**VOTAÇÃO:** Acta de 13/07/2010 -----

Votos Contra: um (01) Vítor Clemente -----

Abstenções: três (03) Carlos Lima, Miguel Mesquita e Alberto Saraiva. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00). -----

**A acta foi aprovada por maioria.** -----

Vitor Clemente - "Eu votei contra a acta porque também saí da sala no que diz respeito ao ponto n.º5 por ter discordado da maneira, em termos da parte da votação, como ela foi processada. No entanto irei averiguar através de organismos se, de facto, o procedimento foi correcto ou não." -----



-----  
**VOTAÇÃO:** Acta de 15/07/2010 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Sara Carvela, Ana Oliveira, Rosário Charrua, Alberto Saraiva e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00). -----

**A acta foi aprovada por maioria.** -----  
 -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Na pág. n.º3, Obras Municipais, Empreitada de Reforço Estrutural do Túnel de Águas Pluviais da Ribeira de Albufeira. Esta adjudicação, qual é a obra em concreto? Porque diz: *"Aprovou-se o Plano de Segurança e Saúde da empreitada, condicionado nos termos do parecer da respectiva entidade fiscalizadora."* -----

Vice-Presidente da Câmara - "Qualquer empreitada tem que ter plano de segurança e saúde, como é óbvio. É a empreitada do caneiro." -----

Vitor Clemente - "Sobre esta situação desta obra, depois irei pedir ao Sr. Presidente da Assembleia para ter acesso ao processo que foi a concurso, mas farei por escrito. Na pág. n.º4, também no que diz respeito à EN 395, foi aplicada a multa máxima ao consórcio, com certeza porque não cumpriu ou falta cumprir? Na pág. 26 *"Deliberou-se autorizar o Município de Albufeira a integrar o agrupamento de entidades adjudicantes, com vista à Prestação de Serviços de Consultadoria Externa ao Plano de Comunicação associado à rede urbana para a competitividade e inovação, do qual fazem parte os municípios de, Faro, Tavira, Loulé, Olhão, S. Brás de Alportel e Albufeira..."* Isto, o que é concretamente? Estamos a falar de um valor de 8.333,33€." -----

Vice-Presidente da Câmara - "Isto tem a ver com uma questão que se chama a junção de alguns municípios em plano de comunicação que é "Algarve Central". É no âmbito da área de turística. Albufeira não estava inserida, em princípio, neste Algarve Central e, a partir de determinada altura, na representação do Sr. Presidente, foi também incluído. É apenas este valor, é um valor imaterial, é em termos de plano de comunicação, não é nada material. Não é nenhuma empreitada." -----

Vitor Clemente - "Esta será sempre a comparticipação da Câmara de Albufeira em relação a este conjunto?! Na pág.28, a adjudicação do circuito entre Albufeira e





Ferreiras à empresa EVA, por 211.000,00€. Este valor, é um valor anual que depois irá ser acrescido do respectivo IVA e vamos ver se irá ficar por aqui. Na pág.48, a empresa Águas do Algarve S.A. comunicou um valor de dividendos a distribuir aos accionistas, neste caso a Câmara Municipal de Albufeira, de 159.366,26 €. A minha pergunta é muito concreta. Estaria este valor incluído no Estudo, quando foi apresentado em Maio o aumento da tarifa de água e saneamento?" -----

Vice-Presidente da Câmara - "Nos dividendos não estão as contas do ano de 2009. O município de Albufeira como accionista e, os accionistas após a aprovação das contas recebem os dividendos que a Assembleia-Geral dessa empresa decidiu distribuir pelos sócios. Não foi contabilizado no Estudo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa ao ponto seguinte. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da implantação de Aeródromo no concelho de Loulé - Servidão de Passagem , nos termos da alínea b) do n.º 3 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - "Sobre este ponto, tenho aqui comigo o relatório da Comissão com uma proposta. Também vos informo que recebi, entretanto, ontem, e portanto, já não foi possível vos comunicar, embora isso também não seja relevante para a decisão aqui a tomar hoje, no sentido de que a comunicação só a iria atrasar e que é da Assembleia de Freguesia de Albufeira. Vou passar a ler o que diz o Presidente de Assembleia de Freguesia de Albufeira: *"Ex.mo Sr. Presidente. De acordo com a informação enviada por V. Exa. relativa ao processo do Aeródromo de Loulé e a Servidão Aeronáutica a este destinada, vem a Assembleia de Freguesia de Albufeira, reunida a 28 de Setembro de 2010, apresentar a sua tomada de posição relativamente ao mesmo processo. Tendo em conta os pressupostos apresentados à Assembleia de Freguesia, a mesma decidiu desfavoravelmente, de forma unânime, relativamente à Servidão Aeronáutica do Aeródromo de Loulé, visto esta poder condicionar gravemente o desenvolvimento, não só da nossa freguesia, mas também do nosso concelho."* -----

"Em relação à Comissão que reuniu, estiveram como Membros presentes Francisco Calhau, Adriano Ferrão, Paulo Freitas, Florbela Caixinha, Vitor Clemente e Rosário Charrua, vou passar a ler o relatório: (doc.4)." -----



## COMISSÃO SOBRE A SERVIDÃO AERONÁUTICA

Sala de Reuniões da CMA

Membros presentes:

Francisco Calhau - PSD

Adriano Ferrão - PSD

Paulo Freitas - PSD

Florabela Caixinha - PS

Vitor Clemente - PS

Rosário Charrua – BE

Abertos os trabalhos, foram analisadas as deliberações que plasmam um parecer negativo das Assembleias de Freguesia de Paderne, Ferreiras e Olhos d'Água à constituição da servidão aeronáutica.

Tomado em consideração o teor destas deliberações, da proposta da ANA remetida à CMA, com as suas plantas, e condicionantes que afectam de modo negativo quer o desenvolvimento, quer o ambiente, quer a qualidade de vida do Concelho de Albufeira no seu todo e das freguesias de Albufeira, Paderne, Ferreiras e Olhos d'Água em particular, esta comissão concluiu, por unanimidade, emitir parecer negativo à concessão da servidão de passagem nos termos propostos.

Albufeira, 27 de Setembro de 2010



Após a leitura do documento 4, que constitui o relatório da Comissão, o Senhor Presidente abriu o ponto à discussão e não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca à votação a proposta da implantação da Servidão de Passagem nos termos da proposta da Câmara Municipal. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos a favor: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos Contra: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Alberto Saraiva, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00). -----

**A proposta foi reprovada por unanimidade.** -----

### **PONTO QUARTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, de proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira (Capítulo XIV – Cemitérios), nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Muito sinceramente, se verificaram a proposta que é remetida pela Câmara à Assembleia sobre a situação do Regulamento, faço a leitura: "Proponho que a Câmara Municipal de Albufeira: *delibere ordenar que os competentes serviços daquela edilidade preparem o processo, no sentido de ser ulteriormente submetido à apreciação daquele órgão, ...*" Foi o que mandaram. Não vejo alteração nenhuma. Diz na deliberação da Reunião de Câmara: "*Foi deliberado aprovar a proposta e remetê-la à Assembleia Municipal para apreciação no âmbito das respectivas competências.*" Compete-nos a nós, é certo, a nível da Assembleia, aprovar sob proposta da Câmara, alterações ao regulamento. Depois na alínea b) "*determine, desde logo, que do projecto de alterações que venha a ser submetido à apreciação daquela Edilidade conste, nomeadamente, a proposta de supressão de toda a rubrica 14.15 do Capítulo XIV do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira.*". O que é que estamos a aprovar?" -----

Presidente da Assembleia - "Em primeiro lugar estão aqui a pedir, e começando pelo último ponto, a imediata suspensão da aplicação do ponto que propõem alterar, em segundo lugar, ou seja, de não haver cobrança de algumas taxas, enquanto não se





prepara o processo que irá ser remetido aos serviços para verificar as falhas e fazer a supressão de algumas taxas que estão a ser cobradas. Estão aqui dois pontos. Primeiro, suspender desde já a cobrança de algumas taxas e segundo, que os serviços técnicos da Câmara preparem o regulamento de acordo com este objectivo de, alterar o regulamento no sentido da supressão de toda essa rubrica e para não haver mais perdas de tempo vem com a proposta. Poderia haver aqui qualquer coisa que poderia ter sido evitada, podia ter vindo apenas com o pedido de suspensão imediata e depois mais tarde mandariam a coisa já corrigida, e eventualmente outras coisas. Não vejo que tenha algum mal." -----

Francisco Calhau - "Independentemente de nós irmos votar a suspensão ou não, a correcção faz-se?" -----

Presidente da Assembleia - "Sim, em algumas taxas, as que estão aqui. As 14.15.1, 14.15.2.1, 14.15.2.2 e 14.15.2.3, porque essas taxas são desajustadas e carecem de fundamento. Não vejo inconveniente." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Alberto Saraiva, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00). -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

### **PONTO QUINTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da adesão do Município de Albufeira à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Da parte da Sra. Vereadora ou do Sr. Vice-Presidente, poderiam fazer uma explicação sobre o ponto?" -----

Vice-Presidente da Câmara - "À semelhança daquilo que acontece com a Rede Europeia de Cidades Educadoras, assim esta é, a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, conforme distribuídas, penso eu, as normas do campo estratégico, para o



desenvolvimento dessa rede, no período 2008/2013. O valor da taxa é insignificante, 842,00€ anual. Será um incentivo a participar em determinado tipo de discussões, determinados tipos de seminários em termos das várias cidades que fazem parte da Rede. A Rede está formada há dois anos mas tem estado sem dinâmica." -----  
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Alberto Saraiva, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00). -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

**PONTO SEXTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da repartição de encargos do contrato para aquisição dos serviços de criação, concepção gráfica e impressão de material informativo promocional das actividades promovidas ou apoiadas pela autarquia, nos termos do n.º1 e do n.º6 do art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho; - Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Alberto Saraiva, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00). -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----



## PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão do Orçamento para o ano 2010 incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Pedia ao Sr. Vice-Presidente para fazer uma nota explicativa, embora todos saibamos os números." -----

Vice-Presidente da Câmara - "É muito pouco a nota explicativa. Tem a ver com um reforço de verba relativamente às senhas de presença dos membros desta Assembleia Municipal e também tem a ver com uma transferência de um funcionário. Como sabe, o Orçamento está dividido por unidades orgânicas do município e como há uma alteração do mapa de pessoal, então, tem consequência na gestão da divisão do orçamento. É uma transferência de um lado para outro. São apenas essas verbas. Depois, há uma pequena verba da parte da informática, que é a locação de material de informática em termos de licença de softwares. São na volta de 4000mil euros a serem transferidos de um lado para outro." -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

### VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Alberto Saraiva, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00). -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

## PONTO OITÁVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da doação de uma parcela do prédio sito na Quinta da Correeira, freguesia e concelho de Albufeira, à "Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira", nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Carlos Lima - "Gostava de saber, se fosse possível, se já está previsto financiamento para a construção desta igreja e apoios sociais. Porque este processo foi iniciado em 2000, em que foi autorizada, na altura, pela Câmara, já tinha sido proposto a doação deste terreno para ser feita a igreja. Havia o processo de candidatura da própria Fábrica Paroquial, na altura, e foi no seguimento desse processo que a Câmara ia disponibilizar o terreno. Como se vai avançar para a entrega desse terreno, gostaria de saber se realmente há financiamento para isso, se é a Câmara que depois vai suportar os custos com a construção da igreja, o que é que está previsto? Se avançou nesta altura, ao fim de dez anos com a entrega do terreno, é porque há novidades, penso eu."

Vice-Presidente da Câmara - "Sobre a candidatura, não há nada de novo, penso eu, pelo menos não me foi dado conhecimento de nada. Com certeza que uma candidatura feita há dez anos, não ia ser resolvida agora, esse quadro, com certeza, já passou há muito tempo. Mas penso que, não é o financiamento da igreja por parte do município que se está a deliberar. Obviamente que, temos essa consciência, não vale a pena estarmos a escamotear essa questão, terá o apoio do município, assim tem sido com a questão de Paderne, Ferreiras, em anos passados. Com certeza que a Comissão da Fábrica da Igreja terá angariado já alguns fundos e irá angariar mais. Esta questão surge agora, a formalização, tanto desta como a dos Olhos d'Água, tem a ver com a situação que, desde 2000 se vem falando, informalmente já aquilo era um terreno para a Igreja, sempre se ouviu falar daquilo como tal, ainda que a Câmara já tenha ocupado uma parte com um depósito de água, que também é um bem social. É formalizar uma coisa que, de alguma forma, tem vindo a patinar no tempo em termos de informalidades." -----

Carlos Lima - "Salvando esta questão, todos sabemos, infelizmente, que os apoios que era suposto a Câmara dar para estas iniciativas tenham de continuar, quase de certeza vão ser reduzidos, até pelas contingências que atravessamos. Por isso perguntei. Achei um bocado contraditório, numa altura em que não vai haver financiamentos para nada, seja passado o terreno para a Fábrica. Não estou a por em questão, até porque participei na votação que deliberou que, por bem, se entregasse, mas, na altura, havia um processo de candidatura e colocava-se a hipótese de haver financiamento para a construção. A Câmara vai ter que estar atenta a isto e vai ter que participar, não digo na igreja, mas pelo menos na parte social que vai estar adjacente à igreja. Vai ser um bocado complicado, estar-se a dar o terreno e daqui a dez anos vai-se estar a discutir a reversão do terreno pelas implicações que normalmente essas coisas têm nos custos. Deixo esse alerta, para não estarmos daqui a dez anos outra vez, não para avançar com o que se começou há dez, mas a pedir a reversão do terreno, porque nada foi feito por não haver financiamento. Tem de ser feito um esforço da autarquia para, realmente, se conseguir fazer alguma coisa no âmbito social." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Alberto Saraiva -----





Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -- Ausências: zero (00). -----

**A proposta foi aprovada por maioria.** -----

Alberto Saraiva - "Posso explicar o meu voto? Em 1981 foi feito um loteamento no Montechoro e estava previsto um lote destinado a uma igreja. Em 2000 a Câmara deliberou entregar este terreno que está destinado a equipamentos de apoio. Pergunto, porque é que na altura, em 2000, a Câmara não fez o trabalho de casa todo e ficar a saber o que é que poderia doar? Se poderia doar uma coisa que tinha decidido há dois dias ou podia doar uma coisa que recebeu em oitenta e um? Se é do loteador, o loteador deve de a construir, se é da Câmara, o município pode fazer dela o que quiser." -----

#### PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do procedimento concursal, por ajuste directo, para a aquisição de equipamentos de controlo de acessos biométricos para dois estabelecimentos do 1º Ciclo do ensino Básico do concelho de Albufeira incluindo a prestação de serviços de manutenção e substituição daqueles, até ao limite máximo de € 35 000,00, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do Art.22º da Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima - "Desculpem a minha ignorância, o que é isto de "acesso biométrico"? É um controlo de entrada, não é? E este controlo vai ser feito a quem? Ouvi há dias que, a Comissão de Protecção de Dados estava a levantar a questão da legalidade ou não daqueles cartões magnéticos que existem nas escolas, que são utilizados nos bares, refeitórios, papelarias, mas que também controlam a entrada e saída dos alunos. Ouvi a notícia muito por alto, mas pareceu-me que estava a ser posta em causa, pelo menos estava a ser analisada, a legalidade ou não da utilização desses cartões enquanto controlo da entrada dos alunos. Por isso é que pergunto se, isto tem a ver com esse controlo e, no fundo, o que é que se pretende com isto? Controlar a assiduidade dos funcionários, saber se os alunos estão na escola ou não, ou controlar a entrada de estranhos?" -----

Vice-Presidente da Câmara - "Conforme o nome indica, biométrica, é a medida da bio. Tem a ver, não com a impressão digital, mas com a parte biológica de um dedo. Não serve para ver a assiduidade dos professores, nem dos funcionários. Quem é que vai ter acesso a activar aquele mecanismo? Vão ser todos os utentes da escola que se registarem na base de dados do equipamento. Vai ser feita experiência em duas



escolas do concelho, nomeadamente, Olhos d'Água e Av. do Ténis. É uma experiência, se não funcionar, ao fim dois/três meses retira-se para outra escola mais pequena que seja mais fácil, ou para outro estabelecimento municipal. Não está destinado exclusivamente a escolas, é possível ser colocado noutro tipo de equipamento. Apenas tive acesso à documentação escrita, não vi o equipamento a funcionar, mas aquilo que me dizem é que, realmente, funciona. Abre o portão da escola com a simples passagem de um dedo. Não tem os problemas que tem o cartão magnético." -----

Carlos Lima - "Disse, se corresse mal, retirava-o ao fim de dois/três meses. Vai contra ao que diz na alínea k) *"Por forma a avaliar das benfeitorias (e, eventualmente, dos inconvenientes) da instalação daquele sistema de controlo de acesso, fixa-se em 5 anos, o período mínimo em que tais equipamentos devem permanecer instalados e em supervisão,"* Parece-me que diz que a experiência é de cinco anos, período mínimo. Quer dizer que, se detectar inconvenientes ao fim de dois/três meses, somos obrigados a "engolir" aquilo durante cinco anos. Ou então deixa de funcionar e ficam lá os equipamentos." -----

Vice-Presidente da Câmara - "Não percebeu tudo aquilo que eu disse. Eu disse que eram duas escolas, de Olhos d'Água, sabe perfeitamente que o portão é bastante longe do edifício escolar, e a Av. do Ténis por ser uma escola que está localizada junto à estrada. Disse que, se não funcionasse em nenhuma destas escolas, escolas estas com dimensão um pouco acima da média, cento e tal, duzentos alunos, logo serão duzentos e vinte, duzentos e trinta utentes em cada escola, o que poderá ser um aspecto negativo o número de utilizadores daquele equipamento. Havendo outras escolas mais pequenas, a experiência poderá passar para uma escola mais pequena, em que eles se comprometem a instalar o mesmo equipamento nessa outra escola e retirando o outro, porque dizem que não utilizam equipamentos usados. Entretanto, se não der numa escola, há-de haver edifícios municipais que podem utilizar este tipo de situação, por exemplo, o portão da garagem deste edifício ou os portões dos armazéns. Portanto, está salvaguardado os cinco anos de utilização do equipamento." -----

Carlos Lima - "Eu é que estou a ler mal o que está aqui? Parece-me que obriga a que seja cinco anos." -----

Vice-Presidente da Câmara - "Mas são cinco anos!" -----  
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Sara Carvela, Ana Oliveira, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Alberto Saraiva, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00). -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão cerca das 23:20 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 2 de Outubro de 2010 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----

A PRIMEIRO SECRETÁRIO -----

A SEGUNDO SECRETÁRIO -----